



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

EDITAL Nº 004, DE 07 DE JANEIRO DE 2020

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – IFSP, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto de 05 de abril de 2017, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 06 de abril de 2017, torna pública a ABERTURA DE INSCRIÇÕES para PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO, nos termos da Lei nº 8.745, de 09/12/1993, publicada no DOU de 10/12/1993, alterada pela Lei nº 12.425, de 17/06/2011, publicada no DOU de 20/06/2011, Lei nº 9.849, de 26/10/1999 publicada no DOU de 27/10/1999 e de acordo com o Decreto 9.508 de 24/09/2018, publicada no DOU de 25/09/2018. O presente Edital tem a finalidade de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no ano letivo de 2020, destinando-se a selecionar candidatos para preenchimento das vagas de Professor Substituto no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, conforme distribuição a seguir:

1. DAS VAGAS E FORMAÇÃO EXIGIDA

1.1. O candidato poderá se inscrever para concorrer à vaga no cargo de Professor Substituto, conforme particularidades descritas no presente Edital. A formação, quantidade de vagas e o regime de trabalho constam da Tabela 1:

Tabela 1 - Formação exigida e distribuição de vagas

Câmpus	Área	Formação exigida ¹	Vaga/ Tipo	Regime de Trabalho
Araraquara	Informática Código para GRU: 00401	Bacharelado em Ciência da Computação ou Bacharelado em Engenharia da Computação ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Bacharelado em Sistemas de Informação ou Tecnologia em Redes de Computadores.	1 AC	40h/s
Barretos	Filosofia Código para GRU: 00402	Licenciatura em Filosofia	1 AC	40h/s
Birigui	Matemática Código para GRU: 00403	Licenciatura em Matemática	1 AC	40h/s
Boituva	Letras Português/Espanhol Código para GRU: 00404	Licenciatura em Letras – Português e Espanhol	1 AC	40h/s

Campos do Jordão	Educação Física Código para GRU: 00405	Licenciatura em Educação Física	1 AC	20h/s
Capivari	História Código para GRU: 00406	Licenciatura em História	1 AC	40h/s
Capivari	Sociologia Código para GRU: 00407	Licenciatura em Ciências Sociais	1 AC	40h/s
Capivari	Informática Código para GRU: 00408	Bacharelado em Ciência da Computação OU Bacharelado em Engenharia da Computação OU Bacharelado em Engenharia de Software OU Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas OU Bacharelado em Sistemas de Informação OU Tecnologia em Redes de Computadores OU Tecnologia em Jogos Digitais OU Tecnologia em Banco de Dados OU Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação OU Tecnologia em Sistemas para Internet OU Tecnologia em Telemática OU Licenciatura em Computação	1 AC	40h/s
Caraguatatuba	Química Código para GRU: 00409	Licenciatura em Química	1 AC	40h/s
Guarulhos	Matemática Código para GRU: 00410	Licenciatura em Matemática	1 AC	40h/s
Jacareí	Gestão Código para GRU: 00411	Bacharelado em Administração ou Ciências Econômicas ou Ciências Contábeis ou Graduação em Curso Superior em Tecnologia no Eixo de Gestão e Negócio do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia 2016	1 AC	40h/s
São João da Boa Vista	Eletrotécnica Código para GRU: 00412	Bacharelado em Engenharia Eletrotécnica OU Tecnologia em Eletrotécnica	1 AC	40h/s
São José dos Campos	Sociologia Código para GRU: 00413	Licenciatura em Ciências Sociais	1 PCD	40h/s
São Paulo	Biologia Código para GRU: 00414	Licenciatura em Ciências Biológicas	1 AC	40h/s
São Paulo	Construção Civil Código para GRU: 00415	Bacharelado em Engenharia Civil	2: 1 AC e 1 PCD	40h/s
São Paulo	Matemática Código para GRU: 00416	Licenciatura em Matemática	2 AC	40h/s
São Roque	Letras / Português Código para GRU: 00417	Licenciatura em Letras / Português	1 AC	40h/s
Sertãozinho	Gestão Código para GRU: 00418	Bacharelado em Administração	1 AC	40h/s
Sorocaba	Gestão Código para GRU: 00419	Bacharelado em Administração	1 AC	40h/s

AC = Ampla Concorrência; PCD = Pessoas com Deficiência.

¹ Os comprovantes dos títulos deverão estar de acordo com o exigido nas legislações vigentes.

2. DA REMUNERAÇÃO

Tabela 2 - Vencimentos para regime de 20 ou 40 horas (Base 1º de agosto de 2019)

20 horas	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
VB	2.236,32	2.236,32	2.236,32	2.236,32

RT	0,00	223,63	559,08	1.285,89
Total	2.236,32	2.459,95	2.795,40	3.522,21
40 horas	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
VB	3.130,85	3.130,85	3.130,85	3.130,85
RT	0,00	469,63	1.174,07	2.700,36
Total	3.130,85	3.600,48	4.304,92	5.831,21

VB= Vencimento Básico; RT= Retribuição por Titulação

2.1. A remuneração do professor substituto corresponderá à Classe Inicial DI, nível 01, estabelecida na Lei 12.772/2012 (Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), respeitada a formação exigida na Tabela 1, sendo composta de: a) Vencimento Básico (VB) e; b) Retribuição por Titulação (RT), estabelecidas na Tabela 2.

2.2. A Retribuição por Titulação – RT do substituto não poderá ser superior à Retribuição por Titulação do substituído.

2.3. O candidato fará jus a Retribuição por Titulação para vencimento e pontuação na prova de títulos, se apresentar no ato da inscrição, certificado (apenas para Especialização) e diplomas (Mestrado ou Doutorado) ou comprovante provisório, que ateste o atendimento de todos os requisitos exigidos no procedimento de titulação:

- 1) apresentação de documento formal expedido pela instituição de ensino responsável, que declare expressamente a conclusão efetiva de curso reconhecido pelo MEC, a aprovação do interessado e a inexistência de qualquer pendência para a aquisição da titulação;
- 2) comprovante de início de expedição e registro do respectivo certificado ou diploma.

2.4. O professor substituto fará jus ao pagamento da Retribuição por Titulação - RT conforme titulação estabelecida no edital do processo seletivo simplificado, sendo vedada qualquer alteração posterior. Não haverá aditamento de contrato para alteração da remuneração por conclusão de titulação posterior à contratação.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser realizadas pessoalmente no câmpus em que o candidato concorre à vaga, no período de 08/01/2020 a 21/01/2020 (somente dias úteis), EXCETO para o câmpus Araraquara, que será no período de 09/01/2020 a 22/01/2020, nos horários definidos na tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Horário de Inscrições

Câmpus	Horário de Inscrições
Araraquara	8h às 14h
Barretos	09h às 13h
Birigui	12h às 18h
Boituva	11h às 15h
Campos do Jordão	09h30 às 15h30
Capivari	09h às 14h
Caraguatatuba	08h às 14h
Guarulhos	08h às 14h
Jacareí	10h30 às 15h
São João da Boa Vista	11h30 às 17h30
São José dos Campos	09h às 12h e 13h às 16h
São Paulo	09h às 12h e das 14 às 16h
São Roque	10h30 às 15h30
Sertãozinho	13h às 19h
Sorocaba	10h as 12h e 13h as 16h

Câmpus – Endereços e sites:

Araraquara - Rua Doutor Aldo Benedito Pierri, 250 - Jardim Paulo Freire, Araraquara – SP 14.804-296, <https://arq.ifsp.edu.br/portal/>

Barretos – Avenida C-1, 250 – Bairro Ide Daher, Barretos-SP, 14781-502, <https://brt.ifsp.edu.br/>
Inscrições : das 9hs às 13hs

Birigui - Rua Pedro Cavalo, 709 - Portal da Pérola II, Birigui-SP, 16201-407, <https://bri.ifsp.edu.br/portal2/> Inscrições : das 12 hs às 18hs

Boituva - R. Zélia de Lima Rosa, 100 - Portal dos Pássaros - Boituva - SP, 18550-000, <https://btv.ifsp.edu.br/> Inscrições : das 11 hs às 15hs

Câmpus do Jordão - Rua Monsenhor José Vita, 280, Vila Abernéssia, Campos Jordão-SP, 12460-000, <https://www.ifspcio.edu.br/portal> Inscrições : das 9:30 hs às 15:30 hs

Capivari - Avenida Doutor Ênio Pires de Camargo, 2971 - São João Batista, Capivari-SP, 13360-000, <https://cpv.ifsp.edu.br/> Inscrições: das 9hs às 14 hs

Caraguatatuba – Avenida Bahia, 1739 - Indaiá, Caraguatatuba – SP, 11665-071, <https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/>

Guarulhos - Av. Salgado Filho, 3501 , Centro, Guarulhos - SP, 07115-000, <http://portal.ifspguarulhos.edu.br/> Inscrições: das 8 hs às 14hs

Jacareí - R. Antônio Fogaça de Almeida, 200, Jardim America, Jacareí - SP, 12322-030, <https://jcr.ifsp.edu.br/>

São João da Boa Vista – Av. Marginal, 585 - Fazenda Nossa Senhora Aparecida do Jaguari, São João da Boa Vista - SP, 13871-298, <https://www.sbv.ifsp.edu.br/> Inscrições : das 11:30 hs às 17:30 hs

São José dos Campos - Rodovia Presidente Dutra km 145 - Jardim Diamante, São José dos Campos - SP, 12223-201, <https://sjc.ifsp.edu.br/portal/> Inscrições : das 9hs às 12 e das 13 às 16hs

São Paulo (Setor de Protocolo) - Rua Pedro Vicente, 625, Canindé, São Paulo – SP, 01109-010, <https://spo.ifsp.edu.br/>

São Roque - Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 - Paisagem Colonial, São Roque - SP, 18145-090, <http://srq.ifsp.edu.br/> Inscrições : das 10:30 às 15:30hs

Sertãozinho - R. Américo Ambrósio, 269 - Jardim Canaa, Sertãozinho - SP, 14169-263, <https://srt.ifsp.edu.br/>

Sorocaba - Rua Maria Cinto de Biaggi, 130, Bairro Santa Rosália, Sorocaba-SP, 18095-410, <http://sor.ifsp.edu.br/> Inscrições : das 10 hs às 12 hs e das 13 às 16hs

3.2. Para proceder à inscrição, o candidato deverá:

- Entregar no ato da inscrição em envelope lacrado, com identificação (Anexo I):
 - I) Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada (Anexo II);
 - II) Cópia simples da Carteira de Identidade ou outro documento que comprove ser brasileiro nato ou naturalizado, estrangeiro em situação regular apresentar cópia simples do passaporte comprovando o visto temporário ou o visto permanente de acordo com Lei nº 13.445/2017 regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017 e as alterações da legislação vigente;
 - III) Cópias simples do Diploma e Histórico em que conste a data de conclusão do curso, conforme formação exigida na Tabela 1, e para a pontuação na prova de títulos, Certificado e Histórico (apenas para Especialização) e Diploma e Histórico (para Mestrado ou Doutorado) ou Histórico e comprovante provisório, que ateste o atendimento de todos os requisitos exigidos no procedimento de titulação:
 - 1) apresentação de documento formal expedido pela instituição de ensino responsável, que declare expressamente a conclusão efetiva de curso reconhecido pelo MEC, a aprovação do interessado e a inexistência de qualquer pendência para a aquisição da titulação;
 - 2) comprovante de início de expedição e registro do respectivo certificado ou diploma.

Para formados no exterior, o Diploma e Histórico (que conste a data de conclusão do curso), terão que ter revalidação no Brasil, e ser acompanhados de

tradução juramentada. Só serão aceitos diplomas ou certificado (Especialização) expedido por instituição credenciada pelo MEC.

IV) Currículo cadastrado na plataforma Lattes, abrangendo: formação, experiência docente e profissional;

V) Para comprovação de experiência profissional:

- a. Contratos de trabalho, contrato de prestação de serviços devidamente registrado na junta comercial ou órgão competente com prazo e vigência do contrato;
- b. Certidão emitida por Instituições Particulares, Federais, Estaduais ou Municipais e/ou página de contrato da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

A Certidão deverá constar, em dia, mês e ano, o início e o término do contrato e, em caso de contrato vigente, será considerada como data final o dia em que a Certidão foi emitida.

Para os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, deverão ser apresentadas cópias das folhas/páginas de identificação e dos registros de contrato de trabalho da CTPS.

VI) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

3.3. Ficará sob total responsabilidade do candidato a veracidade das informações prestadas e pelo conteúdo do envelope entregue no ato da inscrição. No ato da inscrição o candidato deverá entregar o envelope lacrado para que seja efetuado o protocolo de recebimento.

3.4. A taxa de inscrição deverá ser paga por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU-Simples), disponível no site:

http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp, a qual deverá ser preenchida e impressa para pagamento somente no Banco do Brasil S/A; dados para preenchimento da guia - UG: 158154, Gestão: 26439, Código de Recolhimento: 28883-7, número de referência: utilizar o código para GRU (apenas nº) que consta na tabela 1, na área e campus que concorrerá a vaga. Competência (não preencher), vencimento: **21/01/2020, EXCETO para o câmpus Araraquara, que será dia 22/01/2020**. Informar CPF, nome completo do candidato e o valor principal de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) para impressão por meio de geração HTML ou PDF;

3.4.1 A GRU deve ser paga unicamente no Banco do Brasil. Não será aceito, em hipótese alguma, o recolhimento da GRU (taxa de inscrição) pelas seguintes opções: agendamento de pagamento de título de cobrança; pagamento de conta por envelope; transferência eletrônica; DOC e DOC eletrônico; TED; ordem de pagamento e depósito comum em conta corrente.

3.5. Não haverá, em hipótese alguma, devolução da taxa de inscrição.

3.6. Poderá solicitar isenção da taxa de inscrição (Anexo III) o candidato que estiver inscrito e ativo no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

3.6.1. O candidato que requerer a isenção nesta modalidade deverá entregar, no ato da inscrição, Requerimento de Isenção de Inscrição (Anexo III) devidamente preenchido e assinado, em conformidade com os dados que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico.

3.6.2. A solicitação de isenção da taxa de inscrição deverá ser feita até o terceiro dia útil do início das inscrições.

3.6.3. Os pedidos de isenção realizados após o prazo estipulado serão desconsiderados e terão a solicitação automaticamente indeferida.

3.6.4. O indeferimento da isenção da taxa de inscrição será publicado no site até o quarto dia útil do início das inscrições.

3.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

3.7.1. Após a publicação do indeferimento das inscrições, o candidato, ou seu procurador regularmente constituído (Anexo IV), terá dois dias úteis para interpor recurso administrativo fundamentado (Anexo V), conforme o cronograma de cada câmpus, e se for o caso, apresentar documentos faltantes apontados no indeferimento. O recurso deverá ser protocolado no câmpus onde o candidato se inscreveu.

3.8. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no art. 2º da Lei 13.146/2015 e nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto n. 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n. 5.296/2004, no § 1º do artigo 1º da Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula n. 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes”, observados os dispositivos da Convenção sobre

os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto n. 6.949/2009.

3.8.1. Das vagas totais deste edital, 5% serão providas na forma da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 e do Decreto n. 9.508, de 24 de setembro de 2018.

3.8.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 3.8.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas no cargo, nos termos do § 2º do artigo 5º da Lei n. 8.112/1990.

3.8.3. Para concorrer a uma das vagas reservadas o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se com deficiência, selecionando a opção contida no formulário de inscrição, e encaminhar, junto aos demais documentos para inscrição, cópia do laudo médico contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.

3.8.4. O candidato com deficiência poderá requerer, no ato da inscrição, atendimento especial para o dia de realização da prova, indicando as condições de que necessita para sua realização, conforme previsto nos artigos 4º e 5º do Decreto n. 9508/2018.

3.8.5. Ressalvadas as disposições contidas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do processo seletivo simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, critérios de aprovação, avaliação, horário e local da prova.

3.8.6. O candidato que se declarar com deficiência, classificado no processo seletivo simplificado, será convocado, quando da contratação, para se submeter à perícia médica oficial promovida por equipe multiprofissional de responsabilidade do IFSP; caso não compareça à perícia, no dia e local indicados, ou caso a conclusão pericial seja pela não existência de deficiência, o candidato não será contratado.

3.8.7. As vagas reservadas às pessoas com deficiência nos termos do disposto neste edital poderão ser ocupadas por candidatos sem deficiência na hipótese de não haver inscrição ou aprovação de candidatos com deficiência no processo seletivo.

4. DA PROVA DE DESEMPENHO

4.1. A Prova de Desempenho Didático, avaliação de experiência profissional na área e de títulos serão realizadas no câmpus em que o candidato concorrerá a vaga. A publicação do dia da prova será efetuada no sítio eletrônico do próprio câmpus.

4.2. Os candidatos serão avaliados por Banca Examinadora, por meio de uma prova de desempenho didático-pedagógica, de caráter classificatório e eliminatório, de avaliação de experiência profissional na área e títulos de caráter classificatório.

4.3. A prova de desempenho didático-pedagógica terá valor de 100 (cem) pontos e visa demonstrar a capacidade do candidato de expor seus conhecimentos de maneira clara e organizada, consistindo na apresentação oral do tema, exceto para a área de Libras, que consistirá na apresentação em **Língua Brasileira de Sinais** do tema escolhido.

4.3.1. Os temas e referências bibliográficas para a prova de desempenho didático-pedagógica serão disponibilizados no sítio eletrônico do câmpus onde o candidato concorrerá a vaga até o quinto dia útil após o início das inscrições.

4.4. O candidato deverá escolher um dos temas, elaborar um plano de aula e apresentá-lo no dia da banca, impresso, em três vias (a expensas do candidato). O candidato será avaliado conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Critérios de avaliação da prova didático-pedagógica

PLANO DE AULA	Pontuação máxima
Clareza dos objetivos	5
Adequação dos objetivos ao conteúdo	5
Coerência na subdivisão do conteúdo	5
Adequação do conteúdo ao tempo disponível	5
Seleção apropriada do material didático	5
Subtotal 1	25
DESENVOLVIMENTO DA AULA	
Apresentação do professor, dicção/fluência e motivação	5
Relação de continuidade entre o plano e o desenvolvimento da aula	10
Linguagem clara, correta e adequada ao conteúdo	10
Abordagem das ideias fundamentais ao conteúdo	10
Sequência lógica do conteúdo dissertado	5
Articulação entre as ideias apresentadas: aplicações/informações atualizadas	5
Conteúdo com informações corretas	10
Adequação do conteúdo em função do tempo estipulado para a prova	5
Estrutura da aula, evidenciando introdução, desenvolvimento e conclusão	10
Uso adequado do material didático	5
Subtotal 2	75
TOTAL 1 + 2	100

4.5. A prova de desempenho didático-pedagógica, na qual os demais candidatos não poderão assistir, terá duração máxima de 15 minutos, podendo haver um acréscimo de até dez minutos para arguição pela Banca Examinadora.

4.6. O valor atribuído à prova de desempenho didático-pedagógica será o resultado da média aritmética dos pontos atribuídos pelos membros da Banca Examinadora no valor de 0 (zero) a 100 (cem pontos), sendo necessário no mínimo 50 (cinquenta) pontos para a Classificação.

4.7. O candidato deverá apresentar-se no dia, horário e local determinado, para a prova de desempenho didático-pedagógica com, no mínimo, 10 (dez) minutos de antecedência, apresentando à comissão organizadora documento oficial de identificação e as cópias do Plano de Aula, conforme item 4.4.

4.8. A Instituição disponibilizará quadros negros e/ou brancos, giz ou pincel e apagador; outros recursos didático-pedagógicos são de inteira responsabilidade do candidato.

5. DA PROVA DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA E TÍTULOS

5.1. Somente será realizada a análise da experiência profissional na área e dos títulos dos candidatos classificados na prova de desempenho didático-pedagógica.

5.2. As cópias dos documentos entregues em envelope lacrado na inscrição, conforme item 3.2 do Edital, serão utilizadas para análise de experiência profissional na área e títulos.

5.3. A experiência profissional na área e prova de títulos é classificatória e tem valor máximo de 60 (sessenta) pontos, distribuídos da seguinte forma:

- a) Títulos - pontuação conforme disposto na Tabela 5.
- b) Experiência Profissional na Área - 1 ponto por ano completo de experiência, até o limite máximo de 10 pontos.

Tabela 5 - Critérios de avaliação dos títulos

Título	Pontuação
Doutorado	50
Mestrado	40
Especialização	20

5.4. Somente o título de maior valor entre os listados do item 5.3, alínea a, será pontuado.

6. DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR, DOS RECURSOS E RESULTADO FINAL

6.1. A classificação preliminar, por ordem decrescente de pontos, será divulgada no sitio eletrônico do câmpus onde o candidato concorre a vaga.

6.2. Para os candidatos classificados na Prova de Desempenho didático-pedagógico, a nota da classificação preliminar será a somatória dos pontos obtidos na prova de desempenho didático-pedagógica e na avaliação da experiência profissional na área e dos títulos. Aos não classificados na Prova de Desempenho didático-pedagógico, não será pontuado a experiência profissional na área e títulos.

6.3. No caso de empate, será adotada a seguinte ordem de critérios:

- a) Nota da prova de desempenho didático-pedagógica;

- b) Tempo comprovado de experiência profissional na área;
- c) Maior titulação; e
- d) Maior idade.

6.4. Após a publicação da classificação preliminar, o candidato, ou seu procurador regularmente constituído (Anexo IV), terá dois dias úteis para interpor recurso administrativo fundamentado (Anexo V), conforme o cronograma de cada câmpus. O recurso deverá ser protocolado no câmpus onde o candidato se inscreveu.

6.5. A peça recursal deverá ser dirigida ao Diretor Geral do câmpus e protocolada, em duas vias de igual teor e forma, na Coordenação de Gestão de Pessoas do câmpus, no horário e endereço constantes no item 3.1.

6.6. Será indeferido o recurso intempestivo ou promovido por meios não presenciais e o que não atender às condições dispostas nos itens anteriores.

6.7. O resultado final dar-se-á (após a classificação preliminar e análise dos recursos) por ordem decrescente de pontos obtidos.

6.8. No caso de empate, serão adotados os mesmos critérios do item 6.3.

6.9. O resultado final será homologado em ordem de classificação, área e tipo de vaga, sendo publicado no Diário Oficial da União e no sitio eletrônico do câmpus em que o candidato concorrerá a vaga.

6.9.1. Respeitada a quantidade de vagas a serem preenchidas, a ordem das contratações, das vagas previstas na tabela 1 e das que eventualmente surgirem no prazo de validade deste edital, seguirá a tabela 6:

Tabela 6 - Ordem de Contratação

Ordem de Contratação	Vaga reservada para AC	Vaga reservada para PCD
1ª Vaga	AC	PCD
2ª Vaga	AC	AC
3ª Vaga	AC	AC
4ª Vaga	AC	AC
5ª Vaga	PCD	AC

AC = Ampla Concorrência; PCD = Pessoas com Deficiência

6.9.2. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato ocupante de vaga reservada implicará a sua substituição pelo próximo candidato com deficiência classificado, desde que haja candidato com deficiência classificado.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado constitui mera expectativa de direito à contratação, ficando este ato condicionado à rigorosa observância da ordem classificatória, do interesse e conveniência da Administração e demais disposições legais.

7.2. O candidato classificado será convocado, por e-mail, pelo câmpus, obrigando-se a declarar, por escrito, caso não queira ser contratado. O não pronunciamento no prazo de 05 (cinco) dias úteis após sua convocação será entendido como desistente do processo seletivo e permitirá a convocação do próximo da fila.

7.3. Após confirmação de aceite por e-mail da vaga, o candidato terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar-se no câmpus e entregar a documentação necessária para que seja efetivada a contratação, caso contrário, será considerado desistente e o próximo candidato classificado será convocado.

7.4. Havendo desistência do candidato selecionado para a efetivação da contratação serão observadas as prerrogativas do presente Edital, sendo convocado o candidato subsequente.

7.5. A contratação dos professores substitutos ou temporários aprovados só será efetivada mediante prévia autorização do governo federal.

7.6. As atribuições constarão no contrato, seguindo as normas da instituição e legislações vigentes.

7.7. O regime de trabalho poderá ser alterado a critério e no interesse da Administração.

7.8. O Contrato de Trabalho poderá ter o prazo máximo de 2 (dois) anos a critério e no interesse da Administração.

7.9. O acompanhamento dos prazos, convocação para prova, resultados, exigências do presente edital, comunicados e complementos estarão disponíveis no *sítio eletrônico do câmpus onde o candidato concorre a vaga*. São de inteira responsabilidade do candidato, não cabendo alegar qualquer espécie de desconhecimento.

7.10. Não poderão ser recontratados os candidatos cujos contratos estejam vigentes (neste ou em qualquer órgão federal) e aqueles que já tiverem sido contratados, como

professores substitutos ou a qualquer outro título, ambos os casos sob fundamento da Lei nº 8.745/1993 e alterações, excetuados aqueles cujos contratos tenham sido extintos há mais de 24 (vinte e quatro) meses.

7.11. Conforme disposto no art. 117, X, da Lei nº 8.112/1990, é vedado ao contratado participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

7.12. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

EDUARDO ANTONIO MODENA

ANEXO I

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PROFESSOR SUBSTITUTO
ÁREA
NOME CANDIDATO
VISTO DO PROTOCOLISTA
DATA
COLAR NO ENVELOPE DE ENTREGA

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PROFESSOR SUBSTITUTO
ÁREA
NOME CANDIDATO
VISTO DO PROTOCOLISTA
DATA
APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA NO DIA DA BANCA

Referente ao Edital nº _____ Data: __/__/____

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO FOLHA 1

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO

Câmpus:	
----------------	--

Área:	
--------------	--

Nome:	
--------------	--

Filiação	Mãe:	
	Pai:	

Naturalidade:		Data de Nascimento:	
----------------------	--	----------------------------	--

RG:		Data de Expedição:		UF:	
------------	--	---------------------------	--	------------	--

Endereço:	
------------------	--

Bairro:		Cidade:	
----------------	--	----------------	--

CEP.:		Tel.:	
--------------	--	--------------	--

Celular:		E-mail:	
-----------------	--	----------------	--

Declaro ser Portador de Deficiência de acordo com as legislações vigente, conforme item 3.8 do Edital.
Anexar cópia do laudo conforme edital.
Necessita de atendimento especial no dia da banca?
Especifique _____
() Não necessito de atendimento especial no dia da banca.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura

ANEXO III – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE INSCRIÇÃO

Edital nº ____ de ____/____/____

DOU ____/____/____

Câmpus: _____

Área: _____

O candidato abaixo identificado, tendo em vista o Decreto nº 6.593/2008, requer que lhe seja concedida a isenção do pagamento da taxa de inscrição no Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto.

Nome:

Data de Nascimento:

Nome da Mãe:

Município / Estado onde está cadastrado (CadÚnico):

Data de Cadastro (CadÚnico):

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

FUNDAMENTAÇÃO DO PEDIDO:

Declaro que estou inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, com o NIS, abaixo, e que sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

Nº do NIS:

O candidato declara, sob as penas da lei e da perda dos direitos decorrentes da sua inscrição, serem verdadeiras as informações, prontificando-se a fornecer outros documentos comprobatórios, sempre que solicitados pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas do Câmpus em que concorre a vaga.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Candidato

SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

PROTOCOLO DO CANDIDATO

Edital nº ____ de ____/____/____

DOU ____/____/____

Câmpus: _____

Área: _____

Nome:

ANEXO IV – PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, eu (Outorgante)

_____, Brasileiro (a), _____, (Estado Civil),
_____ (Profissão), RG nº: _____,

C.P.F. nº: _____, Residente e domiciliado na

Rua/Av: _____

_____ nº: _____, bairro: _____,

CEP _____, Cidade/Estado: _____.

Nomeio e constituo como meu bastante procurador (a) o (a) Sr. (a) (Outorgado),

brasileiro (a),

_____, (Estado Civil), _____
(Profissão),

RG nº: _____, CPF nº: _____,

Residente e domiciliado na Rua/Av: _____

_____ nº: _____, bairro: _____,

CEP: _____, Cidade/Estado: _____.

Para fins de interpor recurso no Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Professor Substituto; Edital nº _____ de ____/____/_____, na área de _____ do IFSP Câmpus _____.

Conferindo ao mandatário, dentro das formalidades permitidas no direito, poderes específicos para que em meu nome, preencha e assine requerimento, proceda à inscrição do Processo Seletivo Simplificado, preste declarações, represente na entrega dos documentos, pratique todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

_____, de _____ de _____.

Assinatura do Outorgante

Atenção! Na procuração particular a assinatura do outorgante deverá ter a sua firma reconhecida em cartório.

